

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Relatório

Participação da Assembleia da República na Conferência dos Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos Nacionais da UE e do Parlamento Europeu - reunião preparatória da XLVII COSAC - (Copenhaga, 29 e 30 de janeiro de 2012)

Membros da delegação: Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputado Paulo Mota Pinto (PSD); Bruno Dias Pinheiro (Representante Permanente da Assembleia da República junto da UE).¹

A Conferência dos Presidentes das CAE dos Parlamentos nacionais (PN) e do Parlamento Europeu (PE) foi conduzida pela Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento dinamarquês, Eva Kjer Hansen. Toda a documentação da reunião pode ser encontrada em

<http://cosac.eu/en/meetings/denmark2012/chairs/>

A gravação vídeo e áudio desta reunião está igualmente disponível em <http://www.presidency.dk/video/>.

A abertura da reunião foi feita pelo Presidente do Parlamento dinamarquês, Mogens Lykkesøft, que deu as boas-vindas aos Presidentes da COSAC, enfatizando o papel atribuído aos PN após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, designadamente no que diz respeito à fiscalização política dos seus governos e ao escrutínio da legislação europeia. Por outro lado, acrescentou, a atual crise exige, mais do que nunca, um envolvimento dos cidadãos no debate sobre as decisões políticas, de modo a aumentar a legitimidade e a democracia na UE.

Em seguida, referiu-se às várias reuniões interparlamentares que terão lugar durante a Presidência dinamarquesa², destacando que para a reunião da COSAC, em abril, estão confirmadas as presenças de quatro Comissários, incluindo o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso.

1. Apresentação das conclusões da troika e adoção da agenda

Em seguida, a Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento dinamarquês, Eva Kjer Hansen, Presidente em exercício da COSAC, colocou à consideração dos Presidentes a agenda³ desta Reunião, que foi aprovada por consenso.

Relativamente à reunião da troika realizada na véspera, mencionou as principais decisões aí tomadas, destacando o consenso relativo à agenda da XLVII reunião da COSAC, que terá lugar

¹ A lista de participantes pode ser consultada em <http://cosac.eu/en/meetings/denmark2012/chairs/participants.pdf>

² Esta calendarização está disponível em <http://www.presidency.dk/meetings/>

³ Disponível em http://cosac.eu/en/meetings/denmark2012/chairs/chairs_agenda.pdf

entre 22 e 24 de abril, em Copenhaga, e a adoção do projeto de sumário do relatório bianual, que terá dois capítulos:

- o circuito de informação de e para os Paramentos, que visa analisar os instrumentos à disposição dos vários Paramentos para obter e disseminar informação.
- o relançamento do mercado interno e o papel dos PN

O projeto de agenda da XLVII COSAC⁴ e o sumário do relatório bianual⁵ foram aprovados pelos Presidentes.

2. As prioridades da UE em matéria de política climática para 2020

O painel seguinte teve como interveniente a Comissária Europeia para o clima, Connie Hedegaard⁶, que apresentou as prioridades da UE no domínio climático para o horizonte de 2020. Focou-se em quatro aspetos essenciais:

- a diretiva sobre eficiência energética⁷;
- a ligação entre o quadro financeiro plurianual e a agenda para o clima;
- as infraestruturas energéticas;
- e o papel da UE na negociações internacionais sobre o clima, designadamente no quadro da cimeira Rio+20, que terá lugar em março;

Destacou, ainda, que as questões climáticas estão relacionadas com desafios demográficos e económicos, designadamente com as projeções da Comissão de que em 2040 hajam 9 biliões de pessoas e que em 2030 a atual classe média tenha triplicado. Como tal, este crescimento populacional pressiona as condições de sustentabilidade, pois implica mais 50 por cento de produção de comida, mais 45 por cento de procura de energia e mais 30 por cento de necessidades de água.

Por outro lado, referiu-se à excessiva dependência da UE relativamente à energia fóssil: em 2011, a UE gastou cerca de 315 mil milhões de USD em importações, o que equivale aproximadamente ao montante total de dívida pública da Grécia. A Agência Internacional de Energia atómica estima que, em 2015, a UE seja já o maior importador mundial deste tipo de energia. Recordou que 2010 foi o primeiro ano em que a média do barril de petróleo ficou acima dos 100USD/barril. Como tal, conclui, é fundamental que a Europa entre num caminho de maior sustentabilidade, sublinhando que os primeiros a fazê-lo beneficiarão mais dos seus efeitos.

Seguiu-se um período de debate.

⁴ Disponível em http://cosac.eu/en/meetings/denmark2012/chairs/COSAC_agenda.pdf/

⁵ Pode ser consultado em <http://cosac.eu/en/meetings/denmark2012/chairs/outline.pdf/>

⁶ http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/hedegaard/index_en.htm

⁷ Dossier completo disponível em <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/document/COM20110370FIN.do#dossier-COM20110370>

3. A crise da dívida soberana, a governação económica e a responsabilidade democrática

O painel seguinte teve como orador o Vice-Presidente da Comissão Europeia responsável pelas relações com os PN, Maroš Šefčovič, cujo discurso se encontra anexo a este relatório⁸, e que começou por destacar que as ações empreendidas pela Comissão desde o início da crise visaram criar uma estrutura de governação de apoio à união económica e monetária e que reforce as suas defesas contra uma repetição da crise atual.

Prosseguiu, notando que a principal lição desta crise é a noção de interdependência: mais do nunca; é necessária maior integração para assegurar que as políticas económicas e orçamentais nacionais têm um efeito tão devastador na zona euro e na própria UE.

Por outro lado, e no que diz respeito ao crescimento económico, referiu que tal só poderá ser alcançado através de uma combinação de medidas, consagradas na Estratégia UE2020. O semestre europeu, acrescentou, permitirá um acompanhamento anual da implementação desta estratégia, coordenando as medidas nacionais e europeias. Por fim, a análise anual do crescimento, que se foca nas políticas macroeconómica e fiscal, nas reformas estruturais e nas medidas potenciadoras do crescimento, fornece uma avaliação da situação económica na UE e orientação para as ações prioritárias a nível nacional e europeu.

No que diz respeito às finanças públicas, referiu-se ao pacote de governação económica, que permite à Comissão e ao Conselho examinar os projetos de orçamento nacionais e tomar uma posição antes de estes serem aprovados pelos PN. Porém, enfatizou que a prerrogativa de aprovação dos orçamentos permanece na esfera de competência dos Parlamentos: o papel da Comissão é assegurar que os PN estão melhor informados sobre as regras europeias que os orçamentos devem observar e o impacto que as opções orçamentais de cada Estado-membro têm no resto da UE.

Finalizou a sua intervenção aludindo à questão da supervisão democrática de todo este processo, considerando que, apesar de a cooperação intergovernamental e o consenso serem vitais para reformar a governação económica, a diferente situação nos vários Estados-Membros torna esse consenso difícil de obter. Como tal, afirmou que estas questões não podem ser deixadas apenas para os Governos dos Estados-Membros, e precisa de ser complementada com um diálogo mais eficiente entre a Comissão e os PN, concretamente através da implicação das Comissões parlamentares.

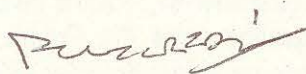
No período de debate que se seguiu, o signatário usou da palavra, tendo começado por referir que não é realista considerar que existem soluções fáceis para a atual crise da dívida soberana, pois trata-se de um processo em que temos de reverter os incentivos e a cadeia de acontecimentos que levaram a esta situação. Neste âmbito, manifestou o apoio aos esforços feitos pela Comissão Europeia para superar a crise. Neste contexto, apoiou a ideia de que possam ser criados novos meios de diálogo entre os PN e a Comissão, como, por exemplo, um sistema de perguntas rápidas feitas a esta instituição pelas várias Câmaras parlamentares.

⁸ <http://cosac.eu/en/meetings/denmark2012/chairs/speech.pdf/>

No que diz respeito a Portugal, notou que o programa de ajustamento económico e financeiro está prestes a completar um ano e que os vários objetivos elencados têm vindo a ser cumpridos, num quadro em que há um amplo consenso político em torno das metas a atingir. Porém, assinalou, o contexto geral na UE piorou bastante nos últimos meses, o que torna mais difícil a execução das medidas necessárias. Assim sendo, chamou a atenção para um ponto essencial: o financiamento da economia. Com efeito, numa época em que há muito pouco investimento público, e em que o crédito às PME está bastante restringido pela falta de liquidez dos bancos, considerou que este aspeto é fundamental e deve ser considerado no âmbito da negociação sobre o próximo quadro financeiro plurianual 2014-2020 e dos fundos de coesão. Afirmou ainda que a consolidação orçamental não deve afetar os fundos de coesão, especialmente no que diz respeito ao financiamento das PME. Finalizou, referindo que estes fundos retornam frequentemente aos países mais competitivos, que apresentam melhores candidaturas, e isto deve também ser considerado no contexto da crise da dívida soberana.

A Deputada Eva Kjer Hansen, encerrou os trabalhos, informando que a Presidência dinamarquesa organizará a XLVII COSAC entre os dias 22-24 de abril de 2012, em Copenhaga.

O Presidente da Comissão



(Paulo Mota Pinto)

Assembleia da República, 8 de Fevereiro de 2012